



Data: 20.11.2021

Título: "É por uma questão de prudência que se recomenda a dose de reforço"

Pub: **Diário de Notícias**

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 11



Luís Graça "É por uma questão de prudência que se recomenda a dose de reforço"

PREVENÇÃO Imunologista, investigador do Instituto de Medicina Molecular e membro da Comissão Técnica da Vacinação diz ao DN que quem tomou vacina da Janssen perdeu elevado grau de proteção mais cedo do que o esperado.

ENTREVISTA ANA MAFALDA INÁCIO

Durante esta semana houve várias novidades relativamente ao processo de vacinação contra a covid-19. Uma delas foi o reforço de mais uma dose a todas as pessoas que tomaram a vacina da Janssen. Esta decisão foi baseada em estudos feitos, mas significa que esta não é tão eficaz como as outras?

A decisão foi baseada nos dados recolhidos através da monitorização da efetividade das vacinas que são realizados no nosso país e em vários outros países. Por exemplo, em Portugal o Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge (INSA) tem vindo a monitorizar a sequência genética do vírus para sabermos se há novas variantes a surgir, o Infarmed tem vindo a monitorizar a segurança das vacinas, de diferentes marcas e nos diferentes grupos populacionais, e os efeitos adversos, e o mesmo é feito por entidades congéneres de outros países. Depois, toda esta informação é partilhada, permitindo que, ao longo do tempo, e desde que as vacinas começaram a ser administradas, possam ser feitas correções à forma de utilização das vacinas para garantir que o processo é feito com segurança e com o máximo benefício possível. É através deste processo de monitorização e vigilância que tem sido possível identificar pequenas reduções na proteção das vacinas em determinados grupos, levando à definição de estratégias de reforço para que se reponha o nível de proteção que se observava inicialmente quando as pessoas terminaram a vacinação original.

Mas o que foi observado concretamente em relação à vacina da Janssen para esta decisão?

O que se observou através deste processo de monitorização é que as pessoas vacinadas com a Janssen, que é de toma única, independentemente da sua idade, estavam a demonstrar uma proteção menor do que aquela que era desejável. E foi por essa razão que se recomendou que haja uma dose de reforço para repor os níveis de proteção elevados que pretendemos para toda a população, de forma a que possamos dizer que mais de 85% dos portugueses tem uma proteção conferida pelas vacinas que é muito elevada.

Nesta semana a diretora-geral também anunciou que o intervalo de seis meses entre as doses de



reforço pode ser encurtado. Esta medida é importante para os mais idosos, até pela época em que estamos a entrar?

É importante que as pessoas que registam uma diminuição na proteção das vacinas tomem uma dose de reforço. O processo de perda de proteção é gradual e a monitorização feita nos diferentes países veio demonstrar existir um claro benefício com o reforço a partir dos seis meses. Contudo, é defendível que a partir dos cinco meses este reforço já possa ser dado para que se reponha um grau de proteção semelhante ao obtido logo após a vacinação.

Para as pessoas mais novas, e no caso de estas necessitarem de reforço, não é importante encurtar o intervalo?

No caso da vacina da Janssen o que se observou é que houve uma diminuição na proteção independentemente da idade e mais precoce do que os seis meses. Daí que se recomende um reforço ao fim de três meses. Mas isto é a demonstração de que as decisões são tomadas com base numa análise de real be-

nefício para o indivíduo. E no que toca ao reforço em relação às pessoas mais novas vacinadas com a Pfizer ou a Moderna os dados obtidos ainda não justificam um reforço de vacinação.

Os recuperados da covid começam por tomar uma dose, agora vão tomar a segunda. Isto quer dizer que mesmo tendo o vírus passado pelo organismo humano que não se consegue uma imunidade superior à das vacinas?

● *"O combate à pandemia e o processo de vacinação são contínuos. A estratégia tem de ser sempre avaliada e a vacinação das crianças é algo que também terá de ser ponderado."*

Há estudos a demonstrar que as pessoas infetadas que recuperaram e que receberam uma dose de vacina têm uma proteção muito significativa, equivalente a uma proteção melhor do que a obtida pelas pessoas que nunca foram infetadas e levaram duas doses. Contudo, como em todas as respostas imunitárias, é natural um progressivo declínio da proteção, mas isto não é evidência de perda significativa de proteção. É por uma questão de prudência que se recomenda que estas pessoas também façam um reforço. A recomendação para que pessoas com mais de 65 anos, com vacinação completa há seis meses, façam um reforço também foi feita para termos a garantia de que é reposto o grau de proteção desejável contra a infeção e doença grave.

Quanto às vacinas de segunda geração que poderão bloquear a infeção. Só poderemos respirar de alívio em relação ao SARS-CoV-2 quando estas chegarem?

Mais importante do que pensarmos em cenários do futuro cujos detalhes desconhecemos é arran-

jar estratégias que façam o melhor uso possível das vacinas que temos agora para nos protegermos contra esta infeção. Neste momento, temos a sorte de ter vacinas muito eficazes, que têm mudado o panorama da infeção nos países em que há uma maior cobertura vacinal, como é o caso de Portugal. Temos um número elevado de infeções mas continuamos com um impacto muito menor nos cuidados hospitalares do que acontecia com a população não vacinada.

Na sua opinião em que se deve apostar agora como estratégia?

A prioridade é definir estratégias que permitam aumentar a proteção das pessoas mais vulneráveis com as vacinas existentes e não estarmos a pensar em vacinas que ainda não conseguimos antecipar quando é que vão surgir e se vão trazer um aumento de capacidade de proteção contra este vírus. Se trouxermos, então, deverão ser incorporadas no plano de vacinação de acordo com as suas características, mas, neste momento, isso não é possível antecipar. É muito desejável que novas vacinas facilitem ainda mais o combate à pandemia, mas, neste momento, a estratégia tem de ser pensada com base nas que estão disponíveis.

Tendo em conta que uma das faixas etárias com maior incidência da doença em Portugal é a das crianças, dos 0 aos 9 anos, a vacinação destas vai ser avaliada?

O combate à pandemia e o processo de vacinação são contínuos. As diferentes estratégias têm de ser avaliadas a todo o momento para se melhorar este combate, e, naturalmente, que a vacinação de crianças é algo que também terá de ser ponderado em termos de benefício para se continuar o processo de proteção contra a pandemia. O mesmo aconteceu com outros grupos, grávidas e adolescentes, para os quais se avançou com a vacinação quando havia a garantia de que era seguro e benéfico.

A Comissão Técnica de Vacinação está a avaliar?

Continuamos a acompanhar os dados do impacto da doença em todas as populações, nomeadamente na pediátrica. Começam a ser conhecidos estudos sobre a eficácia e a segurança nesta população. E isto vai ser acompanhado.

anamafalda.inacio@dn.pt

Área: 670cm² / 65%

Tiragem: 15.750

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 7278330